

Título: Três Vozes, Duas Polêmicas e Um Problema: Mariátegui, Haya de La Torre, Julio Antonio Mella e as fundações do marxismo latino-americano

Autor: André Kaysel

Trabalho preparado para o IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 07 a 11 de abril de 2014-02-27

Resumo

Este trabalho procura reconstituir os termos das polêmicas travadas, no ano de 1928, entre os peruanos José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de La Torre e entre este último e o cubano Julio Antonio Mella. Minha hipótese é a de que as duas controvérsias estabeleceram as problemáticas que balizariam os termos do debate marxista latino-americano ao longo do século XX. Nesse sentido, a questão subjacente às posições dos três autores seria a da universalidade de uma vertente da teoria política, em confronto com a singularidade de uma realidade histórico-social estranha ao contexto originário daquela tradição intelectual. A partir dessa constatação, procurarei demonstrar como a tentativa de enraizamento latino-americano do marxismo, empreendida por Mariátegui, não encontrou condições políticas para frutificar naquele momento, tendo que aguardar uma conjuntura mais propícia, representada pela Revolução Cubana (1959). Nesse sentido, tomo partido da vertente interpretativa, encabeçada por Aricó (1987), (1988) e Portantiero (1990), que periodiza a história do marxismo na América Latina tendo por referência a “nacionalização” ou “regionalização” dessa corrente de pensamento, contrapondo-me à outra interpretação, defendida por Löwy (2006), centrada na teoria da Revolução. Por fim, apontarei como os termos do debate entre Mariátegui, Haya de La Torre e Mella auxiliam a elucidar as dificuldades políticas e teóricas enfrentadas pelos marxistas latino-americanos.

Introdução

Um dos lugares-comuns no debate em torno da história das ideias políticas e sociais na América Latina é discutir a adaptação (ou inadaptação) de teorias ou ideologias importadas da Europa ocidental para o contexto do subcontinente (Hale, 2001, p. 331). Por trás dessa perspectiva de análise está a ideia de que a circulação e recepção das ideias está estruturada por uma lógica – análoga à da circulação de mercadorias – na qual o mundo estaria estruturado por um centro gerador e difusor de ideias, de um lado, e por uma periferia consumidora, de outro, a qual sempre procuraria adaptar ou repensar as ideias importadas do centro à luz de suas próprias realidades. No que tange à história do marxismo na América Latina, talvez a fórmula mais forte, nesse sentido, seja a de José Aricó para quem a teoria (marxista) e a realidade (latino-americana) “viveriam em mútua e secreta repulsão” (Aricó, 1982). Aqui o autor alude à dificuldade enfrentada quando o materialismo histórico se defronta com formações sociais cujas características desafiam os pressupostos mesmos da teoria, na medida em que estes foram elaborados tendo-se em vista uma realidade histórica particular: a das sociedades burguesas emergentes na Europa Centro-Occidental de meados do século XIX. Desse modo, a questão se torna até a onde poderiam ir as pretensões universalistas do legado intelectual de Marx e Engels?

No caso da América Latina, tal dilema conduz necessariamente à indagação sobre a existência ou não de um marxismo propriamente latino-americano, pergunta cujas dimensões ultrapassam os limites deste texto. Apenas à guisa de sugestão, diria que, ainda que concorde com Munk (2007) de que não se pode falar em um marxismo “latino-americano”, no mesmo sentido em que se pode falar em um “asiático” – no caso do maoísmo – , ou ainda de um “russo” - representado pelo leninismo - , creio ser possível sustentar que a tradição marxista na América Latina se singularizou por um corpo de temas e problemas característicos, dentre os quais se sobressai o conceito de “dependência”. O que pretendo aqui é justamente situar historicamente as origens das questões e abordagens que irão, ao longo do tempo, definir os contornos próprios do pensamento marxista na América Latina. Para tanto, proponho localizar esse ponto de partida em duas polêmicas, travadas no final da década de 1920, envolvendo, de um lado, posições vinculadas ao movimento comunista internacional, e, por outro, uma posição que propugnava a constituição de uma esquerda latino-americana independente deste último.

Assim, este trabalho procura reconstituir os termos das polêmicas travadas, no ano de 1928, entre os peruanos José Carlos Mariátegui (1894-1930) e Victor Raúl Haya de La Torre (1893-1979) e entre este último e o cubano Julio Antonio Mella (1903-1928). Minha hipótese é a de que as duas controvérsias estabeleceram as problemáticas que balizariam os termos do debate marxista latino-americano ao longo do século XX. Nesse sentido, a questão subjacente às posições dos três autores seria a problemática, aludida logo de início, da universalidade de uma vertente da teoria política, em confronto com a singularidade de uma realidade histórico-social estranha ao contexto originário daquela tradição intelectual.

A partir dessa constatação, procurarei demonstrar como a tentativa de enraizamento latino-americano do marxismo, empreendida por Mariátegui, não encontrou condições políticas para frutificar naquele momento, tendo que aguardar uma conjuntura mais propícia, representada pela Revolução Cubana (1959). Nesse sentido, tomo partido da vertente interpretativa, encabeçada por Aricó (1987), (1988) e Portantiero (1990), que periodiza a história do marxismo na América Latina tendo por referência a “nacionalização” ou “regionalização” dessa corrente de pensamento, contrapondo-me à outra interpretação, defendida por Löwy (2006), centrada na teoria da Revolução. Por fim, apontarei como os termos do debate entre Mariátegui, Haya de La Torre e Mella auxiliam a elucidar as dificuldades políticas e teóricas enfrentadas pelos marxistas latino-americanos.

A Polêmica Haya de La Torre-Julio Antonio Mella

Para compreender o contexto político-intelectual no qual se deram as controvérsias entre os três autores citados faz-se necessário retroceder cerca de uma década antes e examinar a confluência de quatro acontecimentos históricos cruciais, tanto internos como externos à região, os quais, ainda que não tenham relações diretas entre si, contribuíram para promover, de diferentes modos, fissuras na hegemonia liberal-oligárquica que caracterizava as sociedades latino-americanas desde o último quartel do século anterior: a Revolução Mexicana (1910-1920); a 1ª. Guerra Mundial (1914-1918); a Revolução Russa (1917) e a Reforma Universitária (1918).

A 1ª. Guerra, no nível cultural, rompeu a imagem de uma Europa “civilizada” que serviria de norte à uma América “bárbara”, representação esta central no universo de referências do liberalismo das oligarquias latino-americanas (Kaplan, 1969).

Já a Revolução Russa, em grande medida uma consequência do conflito bélico europeu, teve um significado de alcance universal, ao estabelecer o primeiro Estado que pretendia implantar o socialismo, não apenas nos limites das fronteiras do antigo Império czarista, mas em escala mundial. Mas, além disso, a Revolução de Outubro teve um significado particularmente importante para as periferias do capitalismo, dentre as quais a América Latina. Afinal, não apenas o novo regime soviético condenava abertamente o imperialismo e o colonialismo, mas também apontava um caminho de modernização para os países “atrasados”, alternativo ao capitalismo (Godio, 1983, pp. 32-33).

Sete anos antes de os bolcheviques tomarem o Palácio de Inverno, a América Latina foi o palco da primeira revolução social do século XX. A Revolução Mexicana, iniciada como um movimento de classe média contra a autocracia de Porfirio Díaz, mas logo convertida em um amplo movimento camponês pelo acesso à terra, permaneceria até a Revolução Cubana como única revolução propriamente social no subcontinente. Nessa condição, terá uma influência decisiva entre aqueles que tentarão pensar caminhos políticos próprios para a região.

Estes três acontecimentos terão influência destacada no movimento político-cultural que assinalaria a ruptura dos intelectuais de classe média com o *establishment* ideológico das oligarquias Reforma Universitária. Iniciado na Universidade de Córdoba (Argentina), o movimento reformista logo se disseminou pelos países da região. Influenciados por intelectuais da chamada “geração de 1900”, tais como José Ingenieros e Alfredo Palacios, os estudantes defendiam um ideário genérico, ao mesmo tempo anti-oligárquico, democrático e latino-americanista. Este último aspecto fica patente na seguinte passagem do famoso “Manifesto Liminar”, veiculado pelo movimento estudantil cordobês em 21 de junho de 1918:

“Na Universidade Nacional de Córdoba e nesta cidade não se têm presenciado desordens: se há contemplado e se contempla o nascimento de uma revolução que, em breve, há de agrupar sob uma bandeira a todos os homens livres do continente” (FEC, 2009, p. 5)

Desde o primeiro momento, a Reforma Universitária tinha a pretensão de ir “para além dos muros” da universidade e impactar a esfera política, tanto em âmbito nacional, como também no continental. Intenções à parte, Juan Carlos Portantiero (Portantiero,

1979) destaca que em uma sociedade mais complexa e democratizada como era já a Argentina, não teria havido espaço para que os estudantes reformistas dessem origem à novas forças político-partidárias, sendo absorvidos pelo radicalismo do presidente Hipólito Yrigoyen.

Essa passagem da política universitária à política propriamente dita só ocorreu em países nos quais os círculos oligárquicos e/ou a presença estrangeira direta vedassem todo o espaço aos anseios de participação da classe média emergente. Assim, não seria por acaso que os dois países nos quais a reforma universitária foi mais decisiva no fornecimento de lideranças para novos partidos políticos tenham sido o Peru e Cuba. No primeiro caso, um estreitíssimo círculo oligárquico litorâneo, organizado no chamado “Partido Civil”, ou “civilista”, monopolizava quase por completo as posições de poder político e o prestígio cultural. Já no segundo, a presença ostensiva dos EUA – consagrada na conhecida “Emenda Platt” – fomentava um forte sentimento nacionalista nas camadas intermediárias e populares.

Tanto Victor Raúl Haya de La Torre, como Julio Antonio Mella iniciaram suas carreiras políticas como dirigentes estudantis e, a partir dessa posição, lograram projetar-se no cenário político nacional, propugnando por uma aliança entre os estudantes e as classes trabalhadoras (Teixeira, 2001, p. 19) Em ambos os casos, tal aproximação teve como instrumento privilegiado a criação, por parte das respectivas federações estudantis, de Universidades populares, voltadas aos operários: no primeiro caso, as Universidades Populares “Manuel Gonzalez Prada” e, no segundo, as Universidades Populares “José Martí”, diretamente inspiradas no exemplo peruano (*Idem*, p. 30 e 48)..

Após ter sido preso por conta de seu papel protagônico nas manifestações de 23 de maio de 1923 contra o governo ditatorial de Augusto B. Leguía, Haya de La Torre foi deportado para o Panamá, de onde seguiu para Cuba, a onde já era conhecido por sua militância política. Lá o recebeu Mella quem, não apenas acompanhou Haya durante sua estada, como escreveu um artigo de homenagem ao visitante peruano no número de novembro/dezembro de *La Juventud*, órgão da Federação dos Estudantes de Cuba (*Idem*, p. 49). Em seguida, Haya de La Torre foi ao México, onde o então ministro da educação, José Vasconcelos lhe oferecera um emprego como secretário.

Em 7 de maio de 1924, o militante peruano, a partir de seu exílio no México, funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Inicialmente pensada como uma “frente única de trabalhadores intelectuais e manuais”, a APRA tinha como seu

principal objetivo a união dos povos latino-americanos – ou “indo-americanos” como preferia seu fundador – contra o imperialismo dos EUA e as elites locais que o apoiavam. Como os cinco pontos básicos de seu programa máximo, o manifesto de criação da APRA enumerava:

- “1. Ação contra o imperialismo ianque;
2. Pela unidade da América Latina;
3. Nacionalização de terras e indústrias;
4. Internacionalização do Canal do Panamá;
5. Solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo” (Haya de La Torre, 1926/1936)

Configurava-se, assim, um programa anti-imperialista, nacionalista, latino-americanista e socializante que deveria unir intelectuais, trabalhadores e camponeses em um partido-frente de âmbito latino-americano, tendo por modelo o Partido Nacionalista (Kuomintang) que conduzia a Revolução Chinesa, baseado em uma aliança poli-classista.

Nesse mesmo período, a Internacional Comunista – confrontada com a derrota da onda revolucionária na Europa Central (1918-1923) – passou a observar com atenção o desenrolar dos acontecimentos na China e, a partir daí, aos inúmeros movimentos nacionalistas e anti-imperialistas que se passavam na periferia do capitalismo. Tomando a China como modelo paradigmático, a IC elaborou uma estratégia para a luta anti-imperialista no “mundo colonial e semicolonial” que defendia constituição de frentes anti-imperialistas, em conjunto com setores nacionalistas burgueses e pequeno-burgueses (Slessinger, 1974, pp. 43-53).

Por outro lado, como já foi referido, alguns grupos nacionalistas daquilo que virá a ser chamado de Terceiro Mundo simpatizavam com a IC por suas declarações incisivas contra o imperialismo – a partir da “Conferência de Baku” em 1921 -, além de acompanharem com interesse os primeiros passos da União Soviética rumo à industrialização. Afinal, como já se viu acima, tratava-se de um país de estrutura socioeconômica atrasada que se propunha à modernizar-se sem passar por uma etapa de pleno desenvolvimento capitalista.

Um desses nacionalistas da periferia foi justamente Haya de La Torre, o qual, em 1924, esteve na URSS. Da experiência soviética, Haya extrairia o modelo de

industrialização a partir da planificação estatal e a concepção de partido leninista centralizado, os quais teriam grande impacto na posterior teorização do aprismo (Montesinos, 2000, p. 26).¹

Todavia, o fundador do A.P.R.A não era, nem nunca seria, um marxista ortodoxo. Aliás, o pensamento de Haya se constituiu em aberto confronto com este, o qual considerava inadequado para compreender a realidade latino-americana. Para ele, o uso do marxismo pela intelectualidade latino-americana era mais um exemplo de importação ideológica, como se pode ver pela seguinte passagem:

“Nossos ambientes e nossas transplantadas culturas modernas não saíram ainda da etapa prístina do transplante. Com ardor fanático, tornamos nossos, sem nenhum espírito crítico, apotegmas e vozes de ordem que nos chegam da Europa. Assim, agitamos fervorosos, há mais de um século, os lemas da Revolução Francesa. E assim podemos agitar hoje as palavras de ordem da Revolução Russa ou as inflamadas consignas do fascismo. Vivemos em busca de um padrão mental que nos libere de pensar por nós mesmos” (Haya de La Torre, 2000, p. 49)

Sua formação, portanto, recorria a fontes mais variadas, incluindo, por exemplo, o evolucionismo, o positivismo e a física relativista de Einstein que tinha grande repercussão no período.² Foi justamente dessa última fonte que retirou o conceito de espaço/tempo histórico relativo. A Indo-América viveria em um outro espaço/tempo – o do feudalismo –, diferente do da Europa – o capitalismo. Desse modo, se o marxismo era uma doutrina aplicável à realidade europeia, pois pertencia a seu espaço/tempo histórico, não o seria para a realidade indo-americana.

Um bom exemplo dessa combinação de relativismo espaço/temporal e evolucionismo é fornecido pela concepção de Haya à respeito do fenômeno imperialista:

“O aprismo, sintetizando seus pontos de vista teóricos, considera que o imperialismo, última etapa do capitalismo nos povos industriais, representa, entre os nossos, a primeira etapa. Nosso capitalismo nasce com o advento do

¹ Para além dessas influências, pode-se acrescentar que a IC forneceu a Haya, bem como a outros nacionalistas radicais latino-americanos como o venezuelano Rómulo Betancourt, um vocabulário e um aparato conceitual com os quais pensar suas realidades sociais (Caballero, 1988, p. 25).

² Para a repercussão da ideia de Einstein, segundo a qual espaço e tempo seriam categorias relativas, bem como de outras novas correntes filosóficas no pensamento latino-americano da década de vinte, cf. (Funes, 2006, pp. 45-68 e 75-79).

imperialismo moderno. Nasce, pois, dependente e como resultado da culminação do capitalismo na Europa, Inglaterra especialmente” (*Idem*, p. 63)

Dessa maneira, se o autor endossa a famosa definição leninista do Imperialismo como “fase superior do capitalismo”, ele a restringe à Europa e ao espaço-tempo do capitalismo avançado. Na Indo-América, o Imperialismo foi, pelo contrário, a “primeira fase” do capitalismo. Nessa chave, o Imperialismo seria não apenas uma etapa histórica incontornável, como também teria seu lado benéfico por trazer às economias indo-americanas a técnica e os métodos produtivos modernos. O capitalismo seria uma etapa histórica destinada a ser substituída por outra – o socialismo -, mas seria um degrau do desenvolvimento histórico inescapável para todas as sociedades humanas.

Diante desse diagnóstico, o fundador da A.P.R.A rejeitava as teses que sustentavam, de um lado, a superação da dependência econômica por meio de uma revolução socialista, ou, por outro, a conciliação da independência com o desenvolvimento capitalista. No primeiro caso, ignorar-se-ia o caráter embrionário do capitalismo latino-americano, conforme enunciado acima. Já no segundo, desconhecia-se o obstáculo representado pelos capitais imperialistas, os quais não admitiriam a competição dos países da região (*Idem*, pp. 61-62).

Para Haya, a solução do impasse estaria na constituição de um Estado anti-imperialista, o qual, por meio de uma progressiva nacionalização das fontes de produção, regularia os intercâmbios do país com o exterior, impedindo o capital imperialista de ameaçar a soberania nacional. Esse Estado seria, em sua visão, um órgão de defesa das classes produtoras: camponeses, operários e classes médias (*Idem*, p. 65). Para que o Estado fosse bem-sucedido nessa função de defesa econômica seria fundamental a unidade política da América Latina para evitar que o imperialismo pudesse, diante do controle que um país pretendesse exercer sobre seus investimentos, escolher outro que lhe abrisse as portas (*Idem*, p.64) Eis aí o caráter do Anti-Imperialismo aprista: estabelecer a dinâmica e o controle do desenvolvimento capitalista a partir “de dentro”, afirmando-se a soberania nacional por meio da ação planejadora do Estado.

Quais seriam as forças sociais que dariam sustentação ao Estado anti-imperialista? Novamente o autor demarca suas divergências com o marxismo de matriz leninista. Sendo a industrialização da América Latina embrionária – restrita à mineração e a produtos semi-processados -, não haveria na região o proletariado maduro que Marx

considerava a classe revolucionária. Além de muito reduzido, o operariado local seria muito jovem e não teria a possibilidade material de assumir aquele papel histórico. Quanto ao campesinato, pela servidão e atraso cultural e tecnológico em que vivia, estaria também impossibilitado de assumir o protagonismo político.

Dessa maneira, a base social da Revolução seria integrada pelo proletariado, os camponeses e pela classe média (*Idem*, 2000b, p. 64). A massa de pequenos proprietários e “trabalhadores intelectuais” era vista por Haya como elemento fundamental dessa aliança poli-classista, pois além de ser prejudicada pelo Imperialismo, tinha as condições – ausentes entre as duas primeiras classes – de exercer um papel de liderança no novo Estado. Assim, a aliança entre operários, camponeses e a classe média formaria o pilar do “Estado Anti-Imperialista”, o qual deveria dirigir o processo de desenvolvimento capitalista autônomo.

As passagens citadas acima deixam claro que Haya não estava disposto a aceitar a direção política e intelectual da IC, a qual, dado seu caráter altamente verticalizado, concebia-se como única direção revolucionária possível. Todavia, as divergências potenciais entre apistas e comunistas foram mantidas em segundo plano até o Congresso Mundial Anti-imperialista de Bruxelas (realizado em fevereiro de 1927). Este evento, promovido pelo *Comintern* e pelo “Kuomintang”, com o apoio do governo mexicano de Plutarco Elías Calles, contou com a participação de 200 delegados de 37 países e colônias, representando ao todo 134 organizações (Prashad, 2007, cap. 2). Dentre os delegados latino-americanos, além de Haya e Mella, destacaram-se o já citado Vasconcelos e o publicista argentino Manuel Ugarte, quem promovia, desde o início do século, uma intensa campanha contra o imperialismo estado-unidense na região.

A ruptura ocorrida em Bruxelas se deve ao fato de que Haya disputava com as Ligas Anti-Imperialistas (organizadas pelos comunistas) a liderança do movimento anti-imperialista na América Latina. Isso o levou a afirmar a APRA como organização continental “sem influência estrangeira” e a criticar os comunistas por aplicarem à região a linha política emanada da Europa (Montesinos, 2000, pp.-34-35)

Já Julio Antonio Mella, um dos fundadores do Partido Comunista de Cuba em 1925, forçado a se exilar pela ditadura de Gerardo Machado, se estabeleceu na Cidade do México, e, em 1928, diante da ruptura entre os apistas e os comunistas, ocorrida no ano anterior, publicou em *El Machete*, órgão do Partido Comunista Mexicano, um duro panfleto contra Haya de La Torre, intitulado “Que És El ARPA?”.

O texto se inicia com uma dura crítica do programa da APRA, para demonstrar seu caráter reformista. No que tange, por exemplo, à consigna, acima citada, de “nacionalização de terras e indústrias”, Mella afirma:

“‘Nacionalizar’ pode ser sinônimo de ‘socializar’, com a condição de que seja o proletariado que ocupe o poder por meio de uma revolução. Quando se diz ambas as coisas: ‘nacionalização’ e em mãos do proletariado e do novo Estado (proletário), se esta falando marxistamente. Porém, se se diz a seco, ‘nacionalização’, se está falando com a linguagem de todos os reformistas e enganadores da classe operária.” (Mella, 1975, p. 85).

Dessa maneira, Mella acusa o programa formulado por Haya de La Torre de ser propositalmente ambíguo. Tal ambiguidade se explicaria pela base social à qual o autor pretendia apelar, a pequena-burguesia, como fica claro na seguinte passagem:

“(…) Estes pequeno-burgueses são a base do programa da ARPA e os sustentáculos de sua ideologia.” (*Idem*, p. 87)

Segundo Mella, para que a ideia, defendida por Haya, do deslocamento do marxismo e, por conseguinte, dos PCs, em relação à América Latina estivesse correta, seria necessário provar que o subcontinente não experimentava o avanço das forças produtivas, das relações de exploração capitalistas e, por conseguinte, desconheceria a classe operária. “Porém”, dizia o militante cubano:

“A América Latina não é um continente de Júpiter, mas sim da terra. É algo elementar para todos que se dizem marxistas (...) que a aplicação de seus princípios é universal, posto que a sociedade imperialista é universal” (*Idem*, p. 89)

Aqui se exprime claramente o dilema citado logo de início, isto é: o da contradição entre uma teoria supostamente universal e uma realidade histórica que parece escapar ao seu escopo. Fica claro pelo trecho acima que Mella simplesmente não reconhecia o problema, supondo que, simplesmente por se inserir na órbita do imperialismo, a América Latina não ofereceria quaisquer problemas à “aplicação” (sic) do materialismo histórico.

Nesse sentido, é bastante sugestivo o paralelo que Mella traça entre o ideário aprista e o dos *narodnikis*, ou “populistas” russos, sugerindo que a APRA seria uma forma de “populismo latino-americano”:

“É curioso ressaltar como as mesmas condições na América Latina criaram uma ideologia similar a criada na Rússia, da qual eram representativos os populistas, tão atacados por todo o socialismo marxista. A não existência de um forte e grande proletariado no Peru, de onde vem a ideologia da ARPA, leva os ‘arpistas’ a duvidar da existência do proletariado e subestimar seu valor, até não compreenderem que este está se formando diariamente e assumindo a hegemonia na luta contra o imperialismo e a reação nacional, representativa do anterior” (*Idem*, p. 95)

Mais adiante, o comunista cubano associa o suposto “populismo” dos apristas a seu indigenismo, o qual seria uma idealização romântica e reacionária do “primitivo”, análoga à idealização que os intelectuais russos do século XIX tinham em relação aos camponeses:

“(...) sonham com as grandes possibilidades de iniciar, logo, logo, a revolução proletária no Peru porque ali existe esse índio com suas comunas primitivas, estão aplicando o mesmo critério anticientífico e reacionário que os populistas russos aplicavam à Rússia. (...) Ninguém há de estranhar que estes senhores tenham adotado até um nome similar: ‘Vontade Popular’ se chamava a organização dos russos e ados ‘indo-americanos’, ‘Aliança Popular’. Eles veem essa metafísica política que é o termo “povo”; porém ignoram a realidade: classes, operários, camponeses, etc.” (*Idem*, p. 97)

Como se verá adiante, essa crítica é quase idêntica àquela que será feita à Mariátegui pelos Soviéticos. É irônico constatar que, ainda que o marxista peruano tenha empregado alguns argumentos semelhantes aos de Mella para criticar seu compatriota, a pecha de “populista” que o cubano atira a Haya também será atirada a Mariátegui pela IC. Esse fato joga luz sobre a singularidade da empreitada político-intelectual mariáteguiana, a qual discutirei a seguir.

A Controvérsia Mariátegui-Haya de La Torre

Na nota introdutória aos *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, seu mais importante livro, Mariátegui se defende da acusação segundo a qual seria um “europeizante”. Afirma não haver saída para o Peru “fora das ideias e da técnica ocidentais”. Por fim, menciona Sarmiento, o qual, “sendo europeizante ele também, não encontrou melhor forma de ser argentino” (*Idem*, 2008, p. 6).

A quem essas linhas eram endereçadas? A resposta pode ser encontrada se se tiver em mente que, no mesmo ano em que o autor publicava os *Siete Ensayos...*, ele rompia com seu antigo aliado Haya de La Torre e os demais seguidores do aprismo.

A ruptura entre a APRA e a IC não levou, imediatamente, a um confronto análogo entre Haya e Mariátegui. Pouco depois do enfrentamento ocorrido em Bruxelas, os representantes do *Comintern* na América Latina vinham exortando Mariátegui a romper com Haya e fundar um Partido Comunista no Peru.³

As razões para evitar – em 1927 – a ruptura com a APRA são dadas pelo próprio Mariátegui. Desde seu regresso da Europa, em 1923, pretendia fundar um partido operário de orientação socialista (Mariátegui, 1995^a, p. 202). Todavia, sabia que o movimento operário e popular do Peru ainda estava em seus inícios: tendo feito sua primeira aparição mais importante nas greves e manifestações estudantis de 1918-1919. Nessas condições, viu na fundação da APRA a criação de uma frente única capaz de aglutinar os intelectuais radicais e os operários. Foi nesse mesmo espírito que fundou, em 1926, a revista *Amauta*: “(...) como órgão deste movimento, como tribuna de definição ideológica (...)” (*Idem, Ibidem*).

Assim, o jornalista e militante peruano, coerentemente com essa linha política, não acreditava haver as condições para fundar, em seu país, um Partido Comunista que pudesse ter enraizamento social. A transformação, no ano seguinte, do movimento aprista de frente única em partido político obrigou-o a adiantar seus planos e fundar, com os membros do “Grupo de Lima”, o círculo de intelectuais e sindicalistas organizados em torno de *Amauta* e de seu editor, o Partido Socialista do Peru (*Idem*, p. 203).

O primeiro abalo viria no início de 1928, quando Haya de La Torre comunica – a partir do México e sem consultar a célula aprista do Peru – sua decisão de transformar o

³ Na Conferência da Internacional Sindical Vermelha de fins de 1927 para a qual Mariátegui enviou Julio Portocarrero e Armando Bazán, o dirigente comunista Losowsky já exortava os delegados peruanos a romper com o A.P.R.A e fundar em seu país um Partido Comunista. Cf. (Quijano, 10991, p. 197).

APRA em um partido nacionalista peruano – o Partido Nacionalista Libertador (PNL) - e lançar-se como candidato à Presidência da República.

Confrontado com essa decisão, Mariátegui a questionou em carta enviada à célula aprista do México em abril de 1928. Nela, o marxista rejeita a ideia de criar um Partido Nacionalista Peruano sem enraizamento popular, pois a considerava uma tática típica da “velha política” e estranha aos fins do movimento aprista (Mariátegui, 1991b, pp. 130-131). A ruptura ocorreu em maio, após a resposta de Haya, na qual este acusa Mariátegui de “europeísta” e exige que se discipline, “não com a Europa revolucionária”, mas “sim com a Indo-América revolucionária” (Quijano, 1991, p. 122)

O rompimento é publicamente confirmado no editorial do segundo aniversário de *Amauta*: “Aniversário y Balance”, publicado no número 17 de setembro de 1928. Este artigo explicita os elementos teóricos de fundo que nortearam a polêmica dos dois revolucionários peruanos, tratava-se, para Mariátegui, de negar a tentativa de seu interlocutor de postular um caminho original para a revolução latino-americana, afirmando a inserção do subcontinente em um processo histórico universal, pautado pelo conflito entre capitalismo imperialista e socialismo:

“A mesma palavra ‘revolução’, nesta América das pequenas revoluções, se presta bastante a equívocos. (...) Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A Revolução Latino-americana será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da Revolução Mundial. Será, simples e puramente, a Revolução Socialista” (Mariátegui, 1991^a, p. 126)

Para o autor, o socialismo “pressupunha e abarcava” todos os adjetivos que podiam ser adicionados à revolução: “nacional”, “agrarista” ou “anti-imperialista” (*Idem*, *Ibidem*). Assim, o socialismo aparecia como única possibilidade de emancipação para a América Latina, a qual chegara tardiamente à competição internacional, numa era de “monopólios e de impérios”. No capitalismo contemporâneo, portanto, a região “só poderia ter o papel de colônia”. “Esta civilização (a ocidental) conduz, com forças e meios dos quais nenhuma dispôs anteriormente, à universalidade. Nesta ordem mundial, a Indo-América pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares.” (*Idem*, p. 127) Tomar parte no movimento histórico universal não excluiria fazê-lo a partir de características e linguagem próprias, daí a insistência do autor no caráter “original” que deveria ter o socialismo na região: “O socialismo indo-

americano não deverá ser decalque nem cópia, mas sim criação heroica” (*Idem*, p. 128) Em seguida, o texto vincula essa originalidade, no caso peruano, ao potencial, para a futura organização de uma economia socialista no país, do *ayllú* e dos hábitos coletivistas do índio quéchua.

Se Haya de La Torre apontava o particularismo da realidade latino-americana para negar validade ao universalismo da teoria marxista, Mariátegui procura conciliar as pretensões universalizantes do método materialista com a particularidade da situação latino-americana. De um lado, o líder aprista – reivindicando a originalidade da realidade do subcontinente – afirmava a necessidade de um caminho próprio para a revolução na América Latina e, de outro, Mariátegui apontava a inserção da região no quadro do desenvolvimento histórico universal para defender, mesmo que reconhecendo especificidades, a vinculação entre a revolução latino-americana e a revolução socialista mundial.

É essa diferença teórica de fundo que instrui suas discrepâncias em relação ao caráter do imperialismo na região, a constituição e papel político das classes sociais, bem como ao programa revolucionário a ser seguido. Como afirma Quijano, a polêmica entre os dois delinea as duas correntes que iriam, nas próximas décadas, disputar a hegemonia do movimento revolucionário do Peru: de um lado, a nacionalista-democrática e, de outro, a socialista-marxista (Quijano, 1991, p. 122). Mais do que isso, como lembra Patrícia Funes, a polêmica entre Haya e Mariátegui antecipa, em grande medida, os termos em que se daria o debate, nas décadas seguintes, entre nacional-populistas e comunistas e entre adeptos da CEPAL e da Teoria da Dependência (Funes, 2006, pp. 245-246).

Embora Haya de La Torre e Mariátegui se reportem à nação e ao nacionalismo, eles o fizeram de modo distinto. Se o primeiro, defendia a construção da nação por meio de um “capitalismo de Estado” com base em um arranjo poli-classista, o segundo sustentava que a autonomia nacional só poderia se dar com a ruptura com o capitalismo. Nesse sentido, afirma no segundo dos *Sete Ensaio...*: “Neste e instante de nossa história, não há como ser nacionalista e revolucionário sem ser socialista (Mariátegui, 2008, p.28) Assim, onde Haya de La Torre procura distinguir ou opor nacionalismo e socialismo, seu interlocutor tenta uni-los. Cerca de um ano antes do rompimento com o líder da APRA, no segundo artigo de uma polêmica com Luis Alberto Sánchez – quem, diga-se de passagem, após 1931, se filiará ao aprismo – Mariátegui precisa esse raciocínio:

“O nacionalismo das nações europeias, onde nacionalismo e conservadorismo se identificam e se consubstanciam, se propõe fins imperialistas, sendo reacionário e anti-socialistas. Mas o nacionalismo dos povos coloniais, sim, coloniais economicamente, ainda que se vangloriem de sua autonomia política, tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nesses povos o nacionalismo é revolucionário e, portanto, conclui-se no socialismo. Nesses povos a ideia da nação não cumpriu ainda sua trajetória nem esgotou sua missão histórica” (*Idem*, 1995b, p. 250)⁴

Mariátegui não acreditava que os problemas nacionais pudessem ter uma solução burguesa e liberal. Sem dúvida que os problemas fundamentais do Peru eram de uma revolução burguesa: emancipação nacional, reforma agrária, integração social e política da massa popular, sem as quais não poderia haver nação sólida. Contudo, uma burguesia retardatária e formada pela associação entre o imperialismo e o latifúndio seria historicamente incapaz de levar a cabo as tarefas que suas congêneres haviam cumprido alhures.

A missão histórica de completar o processo de formação da nação caberia a uma aliança entre o nascente proletariado industrial e o campesinato indígena, a qual levaria a cabo uma revolução de caráter socialista. Se a liderança revolucionária caberia aos operários, os indígenas seriam a base social sem a qual nenhuma revolução poderia triunfar nas condições peruanas. Aqui, estou de acordo com Aricó, que percebe a tentativa de Mariátegui de “traduzir” para as condições históricas peruanas a estratégia de Lênin para a Revolução Russa. (Aricó, 1978, p. XLVIII).

A posição aprista frente à pretensão mariateguiana de pensar um caminho socialista para o Peru e a América Latina pode ser bem sintetizada pelo artigo do dirigente aprista Carlos Manuel Cox. Para Cox, no que tange à interpretação marxista da realidade peruana, Mariátegui e o aprismo estão de acordo. A divergência surgiria, segundo ele, no adjetivo (Cox, 1978, p. 4).⁵ O problema do autor dos *Siete Ensayos*, segundo o companheiro de Haya de La Torre, seria seu excessivo “intelectualismo”, que o levaria a desconhecer as necessidades próprias à ação política.

⁴ Publicado em *Amauta*, no. 7, março de 1927.

⁵ Publicado em *Claridad*, no. 279, Buenos Aires, julho de 1930. 4.

Mariátegui teria se deixado levar pelo impacto de sua experiência na Europa – a qual soubera analisar de modo acurado – e “imaginado” para o Peru e para a Indo-América um proletariado revolucionário que não existiria. Assim, termina julgando o legado mariateguiano com uma paráfrase de Ortega y Gasset: “tens razão em tudo o que negas, mas te equivocas em muito do que afirmas” (*Idem*, p. 8) Cox recolhe de Haya o tema da adequação da teoria à realidade e do “europeísmo” de Mariátegui, ao mesmo tempo que procura reivindicar para a APRA seu legado como intérprete da realidade peruana.

Como se depreende da análise feita acima, o juízo de Cox de que a discordância seria somente “adjetiva” é errôneo. Seu próprio artigo deixa isso claro ao afirmar que a visão europeizante e intelectualista de Mariátegui o teria impedido de discernir as diferenças na estrutura social entre a Europa e a América Latina (*Idem*, p. 7). Há, todavia, um aspecto interessante e acertado do texto do dirigente aprista: sua afirmação da divergência de Mariátegui com relação à III. Internacional. Embora se equivocando em fatos e datas, Cox aponta como o Partido Socialista de Mariátegui, embora pretendesse filiação à IC, foi rejeitado pela mesma por seu “revisionismo” (*Idem*, pp. 7-8). É para essa outra polêmica que me voltarei agora.

Consumada a ruptura e fundado o novo partido, nem por isso as relações se tornaram harmônicas. Tais divergências se aprofundariam e ficariam mais claras na 1ª Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires em junho de 1929. Mariátegui redigiu duas teses para o evento: “Punto de Vista Anti-imperialista” e “El Problema de Las Razas em América Latina”. Por motivos de saúde, o secretário-geral do PSP não pode comparecer à conferência, sendo o médico Hugo Pesce e o sindicalista Julio Portocarrero os delegados peruanos.

Na tese sobre o problema racial, seu autor vinculava o potencial revolucionário dos indígenas à sua condição de camponeses (*Idem*, 1991e, pp. 216-218). Nesse sentido, a “questão indígena” se resolveria com o acesso à terra e não, como sustentavam os documentos da IC, com a concessão aos indígenas do Direito de Autodeterminação: isto é, do direito de constituírem seus próprios Estados.⁶

⁶ Nesse tocante, diante das ponderações de Pesce de que a autodeterminação dos indígenas era algo alheio à realidade concreta, o representante do Secretariado da IC, Stepanov, admitiu que o problema indígena era complexo e que, talvez, a consigna mais adequada fosse a luta pela terra. Apesar disso, a maioria dos representantes da IC se mantiveram fiéis à reivindicação da autodeterminação. Cf. (Quijano, 1991, p. 199).

Mas, no que tange ao problema indígena, a principal crítica da ortodoxia comunista a Mariátegui ficou por conta de sua defesa de que o *Ayllú* pudesse ser aproveitado como germe de uma economia socialista autóctone. Essa tese indigenista – mesmo que acompanhada da afirmação de que não se tratava de uma defesa da volta ao passado – foi considerada como sendo “populista”, no mesmo sentido em que Julio Antonio Mella considerava “populista” o pensamento de Haya de La Torre.

O mais conhecido porta-voz dessa leitura de Mariátegui foi o especialista soviético em América Latina V. M. Miroshevsky. Segundo ele:

“Mariátegui acreditava que o Peru marcharia para a Revolução por um caminho próprio, por um caminho especial. Considerava os camponeses indígenas peruanos como “coletivistas naturais”, acreditava que estes realizariam a revolução socialista independentemente, sem o proletariado revolucionário” (Miroshevsky, 1978, p. 58).

É possível dizer que a afirmação do autor soviético de que o peruano defendia uma revolução camponesa sem o proletariado é inteiramente equivocada. As analogias que Miroshevsky vê entre Mariátegui e os *narodniks* não são, a meu ver, inteiramente desprovidas de razão, o problema é estigmatizá-las como “socialismo pequeno-burguês” (*Idem*, p. 69). Merece destaque, a menção que Miroshevsky faz ao “caminho próprio” defendido por Mariátegui, pois, para a ortodoxia soviética, como se verá adiante, era a ideia de um caminho próprio ao socialismo que parecia inaceitável.

No que tange à outra grande polêmica – a do imperialismo –, embora centrando fogo nas concepções apristas, Mariátegui critica também a visão da IC de que o imperialismo teria interesses necessariamente coincidentes com os dos latifundiários feudais e opostos aos das burguesias nacionais (Mariátegui, 1991f, p. 208).

Por fim, entre as polêmicas que opuseram o SSAIC e os representantes peruanos esteve a do caráter do novo partido, o qual não assumira a forma de um Partido Comunista, e sim de um partido “socialista”, de caráter mais genérico. No manifesto de fundação do PSP se diz: “De acordo com as condições concretas atuais do Peru, o comitê concorrerá à organização de um partido socialista, baseado nas massas operárias e camponesas organizadas” (Mariátegui, 1991i, p. 157)

Mariátegui sabia muito bem que a denominação “comunista” era uma das 21 condições que os Estatutos da Internacional exigiam para a filiação de um partido. Além disso, segundo Galindo (1994), os representantes da IC, Codovilla à frente, foram

incisivos ao criticar a denominação da organização. É sabido que o nome “socialista” tinha então para os comunistas uma conotação pejorativa, associada ao reformismo.

Mas por que Mariátegui, assumidamente revolucionário e simpático ao *Comintern*, preferira essa denominação? Sua prioridade era a de fundar um partido que estivesse “em acordo com as condições do Peru” e que fosse “inserido no movimento das massas populares”, porém, acreditava que nas “condições concretas” do país um Partido Comunista exclusivamente operário, como queria a IC, seria algo deslocado e inviável, daí a opção por adotar o nome mais genérico de “socialista”.

Além do nome, os dirigentes da IC questionavam a composição de classe do PSP. Em seu manifesto de criação o partido se dizia “baseado nas massas operárias e camponesas”, além disso, o mesmo texto declarava:

“A organização sindical e o Partido Socialista, por cuja formação trabalharemos, aceitarão contingentemente uma tática de frente única ou aliança com organizações ou grupos da pequena-burguesia, sempre que estes representem um movimento de massas e com objetivos e reivindicações concretamente determinadas” (Mariátegui, 1991i, p. 158)⁷

Naquele período, todavia, a IC, já sob hegemonia stalinista e tendo adotado – em seu VI. Congresso (1928) – a linha de “classe contra classe”, estava empenhada em “proletarizar” os PCs, combatendo os quadros intelectuais de origem pequeno-burguesa, tidos como “vacilantes”. Assim, homens como Codovilla consideravam o PSP uma organização demasiado aberta e flexível, o que não correspondia a seus padrões de disciplina revolucionária. Desse modo, estava por trás da polêmica em relação ao nome e caráter do PSP o temor de uma excessiva independência da nova organização e de seu principal dirigente.

Se Mariátegui parte, para o emprego do materialismo histórico, da análise de situações concretas, os membros mais ortodoxos da Internacional aplicavam os conceitos e categorias do marxismo-leninismo à qualquer situação histórico-social, sem respeito por suas singularidades, como se pode ver no trecho, acima citado, no qual

⁷ Por essa declaração vê-se como, apesar de ter rompido com Haya, Mariátegui não queria afastar a possibilidade de alianças ou convergências futuras.

Mella defende a aplicabilidade “universal” do marxismo.⁸ Essa imposição de modelos *a priori* à realidades estranhas aos mesmos poderia ser descrita, retomando uma sugestão de Löwy (2006, p. 10), como “eurocêntrica”, sendo o exato oposto do “particularismo” de Haya de La Torre. Sua forma mais acabada e extrema pode ser encontrada na resposta que o Secretário Sul-americano da IC, o argentino Vittorio Codovilla, deu aos delegados do PSP quando estes lhe presentearam com um exemplar dos *Sete Ensaio...* de Mariátegui. O secretário do SSAIC desdenhou publicamente o livro, considerando-o uma obra de pouca relevância. Em primeiro lugar, Codovilla objetava ao emprego da forma “ensaio”, por considerá-la própria de autores liberais ou conservadores, além de sugerir um trabalho inacabado ou não científico (Galindo, 1994, pp. 407-408). A outra objeção dizia respeito ao termo “realidade peruana”. Quanto a este último, o comunista argentino fulminou: “realidade peruana, isso não existe.” (*Idem*, p. 408).

A tarefa, proposta por Mariátegui de inserir-se no âmbito do movimento comunista internacional e, ao mesmo tempo, manter uma linha política independente – calcada numa apreensão da especificidade peruana e latino-americana – era, sem dúvida uma tarefa muito difícil. A síntese, buscada por Mariátegui, entre o marxismo e o nacionalismo é mais fácil de realizar na teoria do que na prática política, como a própria situação do marxista peruano em seus últimos dois anos de vida deixa claro.

Pode-se sustentar, sem dúvida, que a forma organizativa e as diretrizes da IC – organização altamente centralizada e orientada para enquadrar os PCs membros na linha oficial soviética – impediriam, naquele momento, a concretização, no plano político, do encontro entre o nacionalismo e o marxismo. Aqui, retomo a ideia de Eric Hobsbawm, para quem os partidos comunistas deveriam ser entendidos como frutos de um “casamento (...) entre dois parceiros mal-ajustados: uma esquerda nacional e a Revolução de Outubro” (Hobsbawm, 2003, p. 15).

Seguindo esse raciocínio, poder-se-ia concluir que, após a Revolução Cubana, a qual teria promovido a síntese de elementos nacionalistas e socialistas, o projeto intelectual de Mariátegui teria finalmente encontrado vazão (Löwy, *Op. Cit.*). Além do marco político representado pelo castrismo e pelo guevarismo, poder-se-ia acrescentar que o marxismo latino-americano se teria constituído, de maneira análoga ao pensamento do próprio Marx, por meio da crítica à “economia política” da CEPAL, resultando nas

⁸ Assim, creio ser supérfluo indagar se Mariátegui foi ou não um leninista. Não era o reconhecimento da autoridade teórica e política de Lênin que o distanciava da IC, mas sim sua maneira de empregar o marxismo. Cf. (Aricó, 1978, pp. XX-XXII).

teorias da dependência (Novais, 1983, p. 25). Esse raciocínio conduziria à conclusão de que Mariátegui, embora não encontrando condições adequadas em seu próprio tempo, seria o precursor de um marxismo especificamente latino-americano, o qual desabrocharia após 1959.

Aliás, não seria por acaso que a edição de suas obras completas, que teve início nos anos 50 por iniciativa de seus filhos, tenha gerado, nos anos 60 e 70, uma volumosa fortuna crítica, tanto no Peru, quanto na Argentina, França, Itália e mesmo na URSS. Além disso, multiplicaram-se as edições e traduções de *Siete Ensayos...*, o qual se tornou o livro peruano de não ficção mais lido em todo o mundo.⁹ O que importa assinalar é que os acontecimentos políticos e novas correntes teóricas que se desdobraram a partir de 1959 – os quais encerraram a hegemonia que os stalinistas haviam mantido sobre o marxismo latino-americano e abriram um novo ciclo revolucionário – teriam criado um contexto favorável ao resgate e difusão da obra mariáteguiana.

Debates Acerca da História do Marxismo na América Latina

Como ficou dito na introdução, meu intuito neste trabalho, além de reconstituir o contexto e os termos nos quais se deram as duas polemicas aqui discutidas, é o de abordá-las como um ponto chave na trajetória do marxismo como corrente de pensamento na América Latina. Isso pressupõe, evidentemente, um ponto de vista interpretativo que informe uma leitura sobre essa história. Antes de explicitá-lo, todavia, faz-se necessário esclarecer que, até o momento, não existe no âmbito latino-americano um equivalente de uma “História do Marxismo”, como as que foram organizadas para o marxismo em geral e para o marxismo no Brasil. O que existem são alguns esforços de sínteses e diversas obras sobre períodos e problemáticas específicos. Aqui trabalharei com algumas das tentativas de proporcionar uma interpretação sintética do conjunto.

Uma primeira interpretação, proposta no trabalho já citado de Michael Löwy, aponta como problemática central para entender a história do marxismo latino-americano o tema da teoria da revolução. Para este autor, a teoria da revolução seria fundamental na medida em que articularia, de um lado, uma interpretação das formações sociais latino-

⁹ Para a difusão da mais importante obra de Mariátegui, cf. (Pericás, no prelo)..

americanas, e, de outro, o encaminhamento de questões de estratégia e tática política (Löwy, 2006, p. 9).

Nesse sentido, a grande divisão no interior do marxismo latino-americano estaria entre os que defenderiam o caráter ininterrupto, ou “socialista”, da revolução latino-americana, e aqueles que, acreditando que o socialismo não estaria na ordem do dia na região, propugnavam uma revolução por etapas (Löwy, 2006, p. 10). As duas “tentativas”, já aludidas anteriormente, - o “particularismo” e o “eurocentrismo” - , ainda que antitéticas do ponto de vista teórico, acabariam se aproximando na conclusão de que a América Latina não estaria madura para o socialismo (*Idem*, p. 10). Já aqueles autores, cujos exemplos mais ilustrativos seriam Mariátegui e Ernesto Che Guevara, que procuraram promover uma síntese/superação dos dois polos, teriam concluído que a revolução latino-americana teria um caráter socialista (*Idem, Ibidem*).

Uma segunda corrente interpretativa, representada pelos já mencionados Juan Carlos Portantiero e José Aricó, propõe como problema fundamental seria o de:

“(...) escolher entre uma aplicação do pensamento marxista à realidade latino-americana, como se o marxismo tivesse sido um modelo universal, ou uma sua produção direta pelas realidades locais.” (Portantiero, 1990, p. 333)

É essa a problemática que ambos autores denominam como “nacionalização” do marxismo na América Latina, a qual é, explicitamente, tributária da problemática mais ampla da “tradutibilidade”, como proposta por Gramsci, de uma teoria para realidades distantes de seu contexto de origem (Aricó, 1988, cap. 4).

Nessa chave interpretativa, a polêmica, travada no final da década de 20, entre Mariátegui, Haya de La Torre e o *Comintern*, ganharia centralidade como um momento crucial no qual se explicitaria com nitidez a questão da tradução latino-americana, ou “nacionalização”, do marxismo (Portantiero, 1990, p. 333). Retomando as posições dos três autores aqui analisados, fica claro que, enquanto Haya de La Torre afirmava a necessidade de ir além do legado de Marx e formular uma nova teoria capaz de expressar a singularidade indo-americana, Mella, assumindo o ponto de vista “cominterniano”, subsumia qualquer particularidade local à universalidade do materialismo histórico. Entre ambos, estava, como já ficou claro, Mariátegui, quem se propôs a recriar o marxismo a partir da experiência sócio-histórica da América Latina, de modo geral, e do Peru em particular. Como se viu também, esse programa

intelectual, ainda que pudesse ser o mais promissor, não encontrou condições históricas de se viabilizar como prática política alternativa.

Diante do exposto, a interpretação defendida neste trabalho se inclina mais para as posições de Aricó e Portantiero. Poder-se-ia objetar que a leitura de Löwy não é significativamente discrepante, haja visto a sugestão, acolhida acima, de uma polarização entre “particularismo” ou “excepcionalismo”, de um lado, e “eurocentrismo”, de outro. O problema aí é, a meu ver, que, ao subordinar essa polaridade ao tema da “teoria da revolução”, o autor acaba deslocando seu potencial analítico, pois submete essa distinção a uma questão abstrata que, ao remeter implicitamente à controvérsia entre Stálin e Trotsky na década de 20, dissolve qualquer tensão entre o marxismo e a América Latina. O resultado é a recaída na distinção, justamente rejeitada por Portantiero (1990, p. 334), entre uma aplicação “correta” ou “errada” do marxismo à região.

Esse recorte tem, evidentemente, consequências teóricas e políticas da maior importância. Em primeiro lugar, como assinala Ricupero (2000, cap. 3), Löwy situa a hegemonia stalinista apenas em 1935, data do VII. Congresso da IC e da tática das “frentes populares, ressaltando como “revolucionária” a insurreição do PC salvadoreño de 1932, com cujo esquerdismo “parece simpatizar”. Ora, a discussão feita acima da 1ª. Conferência Comunista Latino-americana (1929), demonstra claramente que a hegemonia stalinista já se afirmara anos antes.

Em segundo lugar, ao valorizar a figura de Mella, pondo-a ao lado de Mariátegui em oposição tanto a Haya, como a IC, o autor acaba perdendo de vista as importantes discrepâncias entre o cubano e o peruano, bastante explícitas, por exemplo, no que tange ao problema indígena. A realidade é que, seja qual for o valor de Mella como revolucionário, suas posições estão muito próximas daquelas defendidas pela IC. Na realidade, seja no momento “esquerdista” da tática de “classe contra classe”, de 1928 a 1935, seja no momento “direitista” das “frentes populares”, de 1935 a 1943, o que singulariza a prática da III. Internacional na América Latina é a subordinação de qualquer consideração da política local aos imperativos da política exterior soviética. O resultado disso foi, como não poderia deixar de ser, o isolamento da maioria dos PCs de seus contextos políticos nacionais.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que o ponto de partida de uma investigação sobre a história do marxismo latino-americano deveria ser a dificuldade desta corrente de pensamento de se enraizar na cultura política da região, organizando e conferindo

sentido ao universo simbólico das classes trabalhadoras. Estas, historicamente, se inclinaram, goste-se ou não, ais para partidos ou ideologias, como a APRA e o aprismo, do que para aqueles como os PCs e o marxismo-leninismo (Godio, 1983, p. 244).

Ao invés de interpretar esse fato como índice de “imaturidade política” ou “falsa consciência” do proletariado latino-americano, proponho, na esteira de Aricó e Portantiero, que se deveria pensar ao contrário e indagar o que, nos pressupostos do materialismo histórico, dificultou aos seus adeptos compreenderem as determinações concretas que singularizam as formações sociais do subcontinente. É assim, e somente assim, que se pode dar vitalidade ao legado de Marx e Engels como método crítico capaz de interpretar uma realidade histórica que seus fundadores não compreenderam ou não puderam compreender.

Bibliografia

Aricó, José. 1978. “Introducción”. In. *Idem.* (org.). *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*. México D. F.: Pasado y Presente.

_____. 1988. *La Cola Del Diablo: itinerario de Gramsci en America Latina*. Caracas: Nueva Sociedad.

_____. 1982. *Marx e A América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 1987. “O Marxismo Latino-Americano nos Anos da III. Internacional”. In. Hobsbawm, Eric J. (org.). *História do Marxismo. Vol. VIII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cox, Carlos Manuel. 1978. “Reflexiones Sobre Mariátegui”. In. Aricó, José (org.). *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*. México D. F.: Pasado y Presente.

Federação dos Estudantes de Córdoba. 2009. “Manifiesto Liminar: de la juventude de Córdoba a los hombres libres de América”. In. Del Masso, Gabriel (org.). *Reforma Universitaria: manifiestos y documentos*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.

Funes, Patricia. 2006. *Salvar La Nación: Intelectuales, Cultura e Política Em Los Años Viente Latino-Americanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros.

Galindo, Alberto Flores. 1994. *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern. In. Idem. Obras Completas*. Lima: Fundación Andina.

Godio, Julio. 1983. *Historia del Movimiento Obrero Latino-americano (1918-1930): comunismo y nacionalismo. Vol II. Caracas/México D. F./Buenos Aires: Nueva Sociedad/Nueva Imagen*.

Hale, Charles. 2001. “Ideologias Políticas e Sociais na América Latina (1870-1930)”. In. Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. V. São Paulo: Edusp.

Haya de La Torre, Victor Raúl. 1936. *El Anti-imperialismo y El APRA*. Santiago: Editorial Ercilla. Disponível em <http://antimperialismo.tripod.com/index.html>. acessado em 09/06/13

_____. 2000. “El Aprismo és Uma Doutrina Completa y Um Método de Acción Realista”. In. *Idem. Haya de La Torre o La Política Como Mission Civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

_____. 2000. “El Estado Anti-Imperialista”. In. *Idem. Haya de La Torre O La Política Como Missión Civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

Hobsbawn, Eric J. 2003. *Revolucionários: Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Kaplan, Marcos. 1969. *Formación del Estado-nación en America Latina*. Santiago: Editorial Universitario.

Löwy, Michael. 2006. *O Marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Mariátegui, José Carlos. 1991^a. “Aniversário y Balance”. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

____. 1995^a. “Antecedentes y Desarrollo de La Acción Classista em El Peru”. In. *Idem. Mariátegui Total*. Lima: Amauta.

____. 1991b. *Carta à Célula Aprista do México*”. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.

____. 1991c. *Carta do Grupo de Lima a Célula Aprista do México*, In. Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

____. 1991d. *Carta a Moisés Aroyo Posadas*. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.

____. 1991e. ”El Problema de Las Razas em América Latina”. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.

____. 1991f. “Punto de Vista Anti-Imperialista”. In. Quijano, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.

____. 1995b. “Réplica a Luís Alberto Sánchez”. In. *Idem. Mariátegui Total*. Lima: Amauta.

____. 2008. *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*. Estudio Introdutório e Notas de Aníbal Quijano. Caracas: Biblioteca Ayacucho.

Mella, Julio Antonio. 1975. “Que És El ARPA?”. In. *Idem. Selección de Escritos de Julio Antonio Mella*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales.

Melis, Antonio. 1978. “Mariátegui: Primer Marxista de América”. In. Aricó, José (org.). *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*. México D. F.: Pasado y Presente.

Miroxhevsky, V. M. 1978. “El Populismo em El Peru: Contribución de Mariátegui AL Pensamiento Social em América Latina”. In. Aricó, José (org.). *Mariátegui y Los Origenes del MMarxismo Latino-Americano*. México D. F.: Pasado y Presente.

Montesinos, Jorge Nieto. 1978. “Estúdio Introdutorio”. In. Haya de La Torre, Victor Raúl. *Haya de La Torre o La Política Como Missión Civilizadora*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

MUNK, Ronaldo. 2007. “Marxism in Latin America/ Latin American Marxism?”. In. GLASER, D. and WALKER, D. M. (org.). *20th Century Marxism: A Global Introduction*. Londres/Nova Iorque: Routhledge.

Novais, Fernando Antônio. 1983. “Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira”. In. Antunes, Ricardo, Moraes, Reginaldo e Ferrante, Vera (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Prashad, Vijay. 2007. *The Darker Nations: a people’s history of the third world*. Nova Iorque: The New Press.

Pericás, Luís Bernardo. 2010. “Os Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana, O APRA e A Internacional Comunista”. No prelo.

Portantiero, Juan Carlos. 1979. *Estudiantes y Política en América Latina*. México D. F.: Siglo XXI. Quijano, Aníbal. 1991. Prólogo e Notas. In. *Idem* (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Econômica.

___ 1990. “O Marxismo Latino-americano”. In. Hobsbawm, Eric. J. (org.). *História do Marxismo*. Vol XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Quijano, Anibal. 1991. “Introducción y Notas”. In. *Idem* (org.). *José Carlos Mariátegui: Textos Básicos*. México D. F.: FCE. Ricupero, Bernardo. 2000. *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34/FAPESP/DCP-USP.

Slessinger, Rudolf. 1974. *Los Comunistas y El Problema Colonial*. México D. F.: Pasado y Presente.

Teixeira, Gilberto Lopes. 2001. *Anti-imperialismo e Nacionalismo: o debate dos anos 20 nas visões de Julio Antonio Mella e Haya de La Torre*. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo: FFLCH-USP.